

**PARECER N.º            /2018.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PROJETO DE LEI N.º 58/2018.**

**OBJETO: Reconhece de utilidade pública a Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro.**

**AUTOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES**

**RELATOR: VEREADOR VALDMIX SILVA**

## **1. Relatório**

De iniciativa do Ilustre Vereador Paulo César Rodrigues, o Projeto de Lei n.º 58/2018 tem o objetivo de reconhecer como de utilidade pública, a Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, de duração por tempo indeterminado, localizada no Assentamento Barreirinho, Zona Rural, em Unaí, Estado de Minas Gerais, registrada em 12 de janeiro de 2017 e **devidamente inscrita no CNPJ n.º 27.346.718/0001-90.**

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Valdmix Silva por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

## **2. Fundamentação**

### **2.1 Competência**

A Lei Orgânica do Município de Unaí trouxe em seu art. 62 a competência privativa da Câmara Municipal para o reconhecimento de utilidade pública das entidades, senão vejamos:

Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXVI - reconhecer de utilidade pública entidades de caráter associativo e cooperativista do Município;

E quanto às deliberações, o art.74 traz que:

Art. 74. As deliberações da Câmara atenderão a seguinte maioria, de acordo com a matéria:

II - votação de dois terços de seus membros para os projetos que tiverem por objeto:

(...)

m) reconhecer instituições de utilidade pública;

No que tange ao Regimento interno da Câmara Municipal de Unaí, encontram-se essas previsões:

Art. 172. O Presidente da Câmara só recebe proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.

(...)

§ 6º A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Câmara se acompanhada pelos documentos exigidos em legislação específica do Município.

Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das

que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único dispostas a seguir:

(...)

IV - que declarem entidades de utilidade pública;

E a Lei Municipal nº 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e dá outras providências menciona que:

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Assim, quanto à competência para propor o projeto, não há vício.

## **2.2 Requisitos**

A Lei nº 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública traz os requisitos, quais sejam:

Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:

I - ter no mínimo 01 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;

II - contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;

III - auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de idéias e da livre manifestação e expressão;

IV - executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e

V - exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - estatuto social registrado em cartório competente;

II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados;

III- relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balancete mensal quando se tratar de entidade educacional;

IV - declaração da diretoria da que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos;

V - cópia da ata de eleição da diretoria em exercício;

VI - comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;

VII - inscrição no cadastro geral de contribuintes; e

VIII - extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A declaração ou a apresentação de documentos falsos, se comprovados posteriormente à lei específica de reconhecimento de utilidade pública na nulidade imediata do ato e a suspensão de todos os seus efeitos.

(...)

Deve-se haver uma reflexão sobre a aplicabilidade do parágrafo único do artigo 3º da Lei 1.296/1990 acerca do reconhecimento de utilidade pública relacionada a uma entidade.

O dispositivo informa que: “É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal tal artigo “deve ser extirpado do ordenamento jurídico, uma vez que essa previsão retira a finalidade da declaração de utilidade pública, que se presta justamente à concessão de favores fiscais ou privilégios administrativos”.

Por outro lado, pode-se, salvo melhor juízo, dar uma visão da permanência do dispositivo em análise levando em consideração seu aspecto temporal, ou seja, aplica a vedação prevista no dispositivo somente quanto ao momento de obtenção do devido reconhecimento não impedindo assim a vedação posterior ao título conseguido.

Assim, o assunto relacionado ao parágrafo único do artigo 3º precisa ser melhor debatido para que de fato se analise sua real relevância no ordenamento jurídico no que tange ao reconhecimento de utilidade pública.

Pela documentação juntada aos autos, verifica-se que:

a) Ata da Assembleia Geral de Constituição de associação de mulheres produtoras rurais, denominada Mulheres Camponesas Plantando o Futuro, datada de 14/12/2016, fls. 07/09, com a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Essa ata foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos desta cidade, sob o nº 1062 – LIV 39-A – PÁG 89, protocolo nº 37466, em 12 de janeiro de 2017.

b) O Estatuto Social devidamente registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos desta cidade, sob o nº 1062 – LIV 39-A – PÁG 94 – AV Nº1, protocolo nº 37467 em 12 de janeiro de 2017. Fls.10/13.

c) O CNPJ da entidade é nº 27.346.718/0001-90, cujo nome empresarial é ASSOCIACAO DE MULHERES CAMPONESAS PLANTANDO O FUTURO com situação cadastral ativa e data de abertura de 12/01/2017 e descrição da natureza jurídica como sendo associação privada, fls.14.

d) Edital de convocação datado do dia 17/03/2018 da referida associação com a seguinte pauta: “Alteração e consolidação para o novo Estatuto da Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro para adequação das Organizações da Sociedade Civil, conforme Novo Marco Regulatório, regulamentado pelas Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015.” Fls. 15

e) Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro, para adequação do estatuto conforme novo Marco Regulatório, regulamentado pelas leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015. A Ata foi registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob o protocolo n.º 39440 REG nº 1062 – LIV 48-A-PÁG 56 – AV nº 3, em 17/04/2018. Às fls. 16 consta o seguinte trecho da mencionada ata:

“Foi explicado a todos os presentes que para celebrar parcerias governamentais as organizações deverão ser regidas por normas que prevejam expressamente: 1) Entre os seus objetivos a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social”. (Inciso I do artigo 33, Lei 13.019); 2) A entidade deverá ter um Conselho Fiscal, o qual, entre as suas atribuições deverá estar a de "opinar sobre os relatórios de

desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas" (inciso II do Artigo 33). 3) Que o Estatuto deverá prever que, em caso de DISSOLUÇÃO da entidade, " o patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza e que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo" (inciso III do artigo 33). 4) Que a entidade deverá "observará os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão" inciso IV do artigo 33). Assim feito, logo em seguida, as cláusulas foram colocadas em votação, tendo sido aprovadas de forma unânime pelos associados presentes toda a reformulação para o novo estatuto já adequado as Normas. E após a aprovação e a leitura do Novo Estatuto, fica aprovado que o mandato dos membros da diretoria será de três anos, podendo ser reeleitos, mais uma vez, já valendo para este mandato da atual diretoria que se encerraria em 14/12/2018 com a alteração do estatuto, se encerrará na data de 14/12/2019". (grifo nosso)

Cabe observar que consta da ata acima referida que fica desde já valendo o prazo de 3 anos para o mandato da atual diretoria que se encerraria em 14/12/2018.

Em consulta ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (parecer em anexo), no que tange a preocupação deste relator tanto no que se refere a extensão do prazo do mandato atual da diretoria da associação para mais um ano conforme foi feito (fls.16), já que o novo estatuto aumentou para mais 1 ano o prazo do mandato e no caso de estipular prazo de 3 anos de mandato dos membros da diretoria, o entendimento foi o seguinte: "O fato de o mandato da entidade ter sido estendido para três anos no novo estatuto não impede que a declaração seja outorgada, uma vez que se trata de matéria relacionada a interesses privados, podendo o estatuto normatizar tal hipótese".

Assim, se deve ter cautela com relação à aplicabilidade da extensão de prazo dos membros da diretoria por mais 1 ano da forma realizada pela associação, conforme previsão em ata, uma vez que pode causar confusão para a concessão de algum futuro privilégio, já que apesar da previsão do artigo 64 do estatuto estipular que a aplicação do estatuto terá efeitos imediatos após o seu registro em cartório, cabe registrar também que não

houve qualquer menção na ata (fls.16) quanto ao prazo de 3 anos aos membros do conselho fiscal.

f) Estatuto da Associação Mulheres Camponesas Plantando o Futuro, fls. 17 a 30 devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob o protocolo n.º 39441 REG n.º 1062 – LIV 48-A-PÁG 57 – AV n.º 4, em 17/04/2018.

Neste ponto cabe informar que diante do Estatuto reformulado, o artigo 1º consta de informação equivocada quanto a data de fundação da associação em que traz como sendo de 12/07/2000.

g) Declaração assinada pela Presidente da associação, Senhora Reisana Costa dos Santos, e pelos demais membros da diretoria - datada de 19/04/2018 -, afirmando que a entidade “encontra-se em pleno e regular funcionamento e exercício de suas atividades estatutárias, sendo de meu conhecimento que seus associados, diretores e mantenedores não são remunerados por ela, a qualquer título”. Fls. 31.

h) Declaração assinada pela Presidente da associação, Senhora Reisana Costa dos Santos, datada de 19/04/2018, afirmando que a entidade “não goza de favor decorrente de contrato com pessoas jurídica de direito público”, fls. 32 .

i) Às fls. 33 a 35 fotos dos seguintes eventos:

1- Reunião realizada na Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro com a participação das alunas do 6º período de enfermagem da Facisa ministrando uma palestra sobre saúde da mulher com enfoque no combate ao câncer de mama e de colo uterino;

2- Ação social da Prefeitura de Unaí na Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro e

3- Curso de bordado realizado pelo SENAR na Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro.

Ressalta-se, por pertinente, que segundo o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 1.296/1990 a declaração ou a apresentação de documentos falsos implica na nulidade imediata do ato de reconhecimento de utilidade pública e na suspensão de todos os seus efeitos.

Ademais, foram cumpridos os critérios exigidos para instrução do processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública (art. 4º da supracitada Lei n.º 1.296).

De acordo com o art. 45 do Código Civil Brasileiro a existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, averbando-se no registro todas as alterações posteriores.

Logo, o interstício mínimo de 01 (um) ano de atuação a favor da coletividade, exigido pelo inciso I do art. 3º da Lei nº. 1.296, de 30 de outubro de 1990, encontra-se cumprido, pois consta a data de 12/01/2017 do registro do primeiro estatuto e o Presidente da Associação declara que a entidade se encontra em funcionamento contínuo regular.

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, antes uma exigência prevista no inciso VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 1.296/90 e no art. 121 da Lei Federal nº. 6.015/73 deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal nº. 9.042, de 09 de maio de 1995.

Portanto, não enxergo empecilho para que seja a matéria aprovada por esta Casa Legislativa, uma vez que além da fundamentação trazida acima, os requisitos trazidos pela Lei 1.296/90 para o reconhecimento de utilidade pública foram cumpridos.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opina-se, salvo melhor juízo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 58/2018 desde que haja aprovação da emenda ora proposta.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 30 de agosto de 2018; 74º da Instalação do Município.

**VEREADOR VALDMIX SILVA**

***Relator Designado***



EMENDA N.º      AO PROJETO DE LEI N.º 58/2018

Altera-se do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 58/2018 a expressão “fundada em 14 de dezembro de 2016” para “registrada em 12 de janeiro de 2017”.

Unaí (MG), 30 de agosto de 2018; 74º da Instalação do Município.

VEREADOR VALDMIX SILVA

Relator Designado

LEI N.º 1.296 DE 30 DE OUTUBRO DE 1990.

Regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE UNAÍ (MG)**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, promulgo e publico a seguinte Lei:

Art. 1º Qualquer entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e atuação no Município, poderá ser reconhecida de utilidade pública, mediante lei específica e, posteriormente, assim declarada através de decreto, nos termos desta Lei.

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:

I - ter, no mínimo, três anos de comprovada a finalidade de cada coletividade;

II - contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;

III - auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de idéias e da livre manifestação e expressão;

IV - executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e

V - exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - estatuto social registrado em cartório competente;

II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados;

III - relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balancete mensal, quando se tratar de entidade educacional;

IV - declaração da diretoria de que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos;

V - cópia da ata de eleição da diretoria em exercício;

VI - comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;

VII - inscrição no cadastro geral de contribuintes; e

VIII - extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A declaração ou a apresentação de documentos falsos, se comprovados posteriormente à lei específica de reconhecimento de utilidade pública na nulidade imediata do ato e a suspensão de todos os seus efeitos.

Art. 5º Na hipótese de alteração da nomenclatura da entidade, haverá necessidade de novo reconhecimento, cuja lei revogará, expressamente, o anterior.

Art. 6º Excluem-se desta Lei os cultos religiosos e igrejas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Unai (MG), 30 de outubro de 1990.

**SEBASTIÃO ALVES PINHEIRO**  
Prefeito Municipal

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>27.346.718/0001-90</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>12/01/2017</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE MULHERES CAMPONESAS PLANTANDO O FUTURO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO DE MULHERES CAMPONESAS PLANTANDO O FUTURO</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>LOT P.A. BARREIRINHO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>38.610-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>UNAI</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>GESCON.CONTABIL@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(38) 9910-8559</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/01/2017</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/08/2018** às **17:46:24** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Sua Empresa no Portal](#)

## **PARECER**

Nº 2572/2018<sup>1</sup>

- PG – Processo Legislativo. Projeto de Lei. Declaração de Utilidade Pública. Alteração no Estatuto da Associação. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Considerações.

### **CONSULTA:**

A Câmara consulente expõe e indaga o seguinte, in verbis:

"Está em trâmite na comissão de justiça projeto de lei que reconhece de utilidade pública a associação (...). Sabe-se que a Lei Municipal 1296/1990 regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e se encontra em anexo. A Associação registrou novo Estatuto, que segundo a ata (fls.16) está em conformidade com o novo marco regulatório, regulamentado pela lei federal nº 13.019/2014. Assim, questiona-se:

a) Tal adequação realizada no estatuto violaria o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei 1296 para fins de reconhecimento de utilidade pública? Sabe-se que nos autos existe declaração de que a associação não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público. O que seria "gozar de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público"?

b) A vedação prevista no parágrafo único do artigo 3º da lei 1296 se refere somente ao momento para o reconhecimento de utilidade pública podendo posteriormente realizar parcerias?

c) Os artigos 19 e 28 do novo estatuto (fls.17-30) coloca o mandato dos membros da diretoria e do conselho fiscal de 3 anos, podendo ser reeleitos, mais uma vez. De acordo com o direito

<sup>1</sup>PARECER SOLICITADO POR GUSTAVO BEZERRA MARTINS,CONSULTOR JURÍDICO - CÂMARA MUNICIPAL (UNAÍ-MG)

brasileiro esse prazo é possível? Qual seria o prazo legal máximo de mandato permitido?

d) O artigo 55 do novo estatuto estaria em conformidade com a Lei 13.019? E como ficaria a validade do artigo 55 do estatuto frente a lei municipal 1296? Teria que haver alteração de redação da lei 1296 artigo 4º, II para a validade do artigo 55 do estatuto?

e) Pode a ata estipular extensão do prazo do mandato atual para mais um ano conforme foi feito (fls.16) já que o novo estatuto aumentou para mais 1 ano o prazo do mandato? De que forma isso prejudicaria na análise do atual projeto? Torna-se necessário haver nova eleição dos membros da diretoria e conselho fiscal com a mudança do prazo para 3 anos para a análise do projeto?"

## RESPOSTA:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Município, ente federativo autônomo (art. 18, caput, da Constituição Federal), possui competência constitucional para dispor sobre matérias de interesse local (art. 30, I, da Constituição Federal), incluindo-se, neste aspecto, a atribuição para declarar a utilidade pública de entidades que atuam em sua circunscrição.

No âmbito federal, a declaração de utilidade pública era realizada nos termos da Lei nº 91/1935 e do Decreto nº 50.517/61, sendo o reconhecimento dos serviços prestados à coletividade de forma desinteressada, sem remuneração para os cargos de diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos conforme dispõe o artigo 1º da Lei.

Não obstante, a Lei nº 13.019/14 (que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação) estipulou regras novas sobre as parcerias das entidades públicas com as organizações da sociedade civil e o Decreto nº 8.726/16, que a regulamentou, revogou o Decreto nº 50.517/61, acima citado.

Desta sorte, atualmente, não existe mais em âmbito federal a declaração de utilidade pública.

Ante o interesse local, perfeitamente possível que, tanto ao Executivo quanto ao Legislativo, no exercício de sua autonomia política, editar lei genérica que estatua os requisitos que devem ser atendidos pela entidade, a fim de que possa ser beneficiada com essa titulação, bem como os benefícios a que terá direito. Neste sentido:

"Ação direta objetivando a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.256/2012 do Município de Itapequerica da Serra. O ato normativo dispõe sobre as condições para as Sociedades, Associações e Fundações serem declaradas de utilidade pública. II - Lei de iniciativa parlamentar que estabelece iniciativa concorrente da lei para a declaração de utilidade pública. Ausência de reserva legal para iniciativa exclusiva do Poder Executivo. III - Há previsão na Constituição Estadual paulista no sentido que compete exclusivamente à Assembléia Legislativa a iniciativa das leis que disponham sobre a declaração de utilidade pública de entidades de direito privado (art. 24, § 1º, V, da CE). Aplica-se, no caso, o princípio da simetria para a Câmara Legislativa de Itapequerica da Serra. IV - A lei em questão não fere o princípio constitucional da separação de Poderes, bem como não gera qualquer aumento direto da despesa ao Município. V - Ação improcedente, cassada a liminar. " (TJ-SP - ADI: 1069744720128260000 SP0106974-47.2012.8.26.0000, Relator: Guerrieri Rezende, Data de Julgamento: 17/10/2012, Órgão Especial, Data de Publicação: 25/10/2012).

Neste diapasão, registre-se que a doutrina, a exemplo de Diógenes Gasparine, estabelece alguns dos pressupostos que normalmente são exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública, que não são exaustivos. Confira-se:

"Normalmente, exige-se para a prática desse ato, que a associação: a) seja constituída no Brasil; b) tenha personalidade

jurídica; c) sirva perene, desinteressadamente e efetivamente a coletividade, ou um de seus segmentos, a um certo tempo e nos termos de seu estatuto; d) não remunere seus diretores; e) não distribua a seus sócios lucro, dividendo ou vantagem, seja da espécie que for." (In: Associação de utilidade pública: declaração. São Paulo: Revista de Direito Público, nº 77, ano XIX, janeiro/março de 1986. p. 167).

Em prosseguimento, mais especificamente com relação à concessão de subvenções às entidades declaradas de utilidade pública, temos que com o advento da Lei nº 13.019/14, a parceria entre a municipalidade e organizações da sociedade civil devem se pautar neste diploma legal. Todavia, registramos que a Lei nº 13.019/2014 não se aplica, entre outras hipóteses, aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, destinados a ações e serviços no âmbito do SUS, e nem às subvenções sociais, dirigidas a serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/64. Essas alternativas de cooperação devem ser formalizadas através de convênios, secularmente utilizados pela Administração e tratados desde o DL nº 200/67, a eles aplicando-se as regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Consoante explicitado, são requisitos para a declaração de utilidade pública que seja a mesma constituída no Brasil e tenha personalidade jurídica, atenda desinteressadamente e efetivamente à coletividade ou a algum de seus segmentos, não remunere seus diretores e não distribua lucros ou vantagens a qualquer título.

Em prosseguimento, a Lei Federal nº 13.019/14 não trouxe nenhuma mudança na declaração de utilidade pública por Estados, Distrito Federal e Municípios, em si. Entretanto, no que tange à concessão de subvenções para as entidades reconhecidas como de utilidade pública, temos que com o advento da Lei nº 13.019/14, as parcerias entre a municipalidade e organizações da sociedade civil devem se pautar neste diploma legal.



Respondendo objetivamente ao indagado:

Questões A e B)

Pontes de Miranda, ao interpretar dispositivo semelhante da Constituição de 1967, esclarece que "a expressão 'favor' (...) deve ser entendida em sentido assaz largo. Subvenção é favor, e garantia de juros é favor. Concessão especial é favor. O empréstimo pela União é favor; porque constitui ato estranho às funções públicas e firmado, de originário, em crédito, a empresa havia de obtê-lo nos lugares próprios, como no banco, na casa bancária, ou particular capitalista. Favor não é só liberalidade; é o que se faz a um, sem ser obrigado a fazer a todos. O senador Rui Barbosa (Jornal do Comércio, 24 de julho de 1918) tentou sustentar tese diferente (os empréstimos pelo Estado não seriam favores às empresas), mas sem razão. Para que os empréstimos em tais circunstâncias não fossem favores, mister seria que outras empresas, e não só uma ou algumas, sem favor, o pudessem obter".

Nesse sentido, esse dispositivo presente na Lei que regulamenta a concessão de utilidade pública deve ser extirpado do ordenamento jurídico, uma vez que essa previsão retira a finalidade da declaração de utilidade pública, que se presta justamente à concessão de favores fiscais ou privilégios administrativos.

Questões C e E)

O fato de o mandato da entidade ter sido estendido para três anos no novo estatuto não impede que a declaração seja outorgada, uma vez que se trata de matéria relacionada a interesses privados, podendo o estatuto normatizar tal hipótese.

Questão D)

Quanto ao questionamento levantado acerca da remuneração disposta no art. 55 do Estatuto da entidade, é necessário observar que o requisito está sendo cumprido de acordo com o art. 54, que assim dispõe:

"Art. 54 - Os diretores, conselheiros e membros de comissões, exercerão suas funções voluntariamente."

Desta forma, nada há que impeça a declaração, desde que atendidos os requisitos da lei municipal.

Isto posto, concluímos objetivamente a presente consulta na forma das razões exaradas.

É o parecer, s.m.j.

Maria Victoria Sá e Guimarães Barroso  
Magno  
da Consultoria Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves  
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ**

*Praça JK, s/nº, Unaí-MG, CEP 38.610-000, Fone: (38) 3676-1203 – 3676-1505*

LEI Nº 2.115, DE 28 DE ABRIL DE 2003.

**Originada de proposição do Vereador Zé da Estrada**

Dá nova redação ao inciso I do art. 3º da Lei nº 1.296, de 30 de outubro de 1990.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei nº 1.296, de 30 de outubro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

(...)

I – Ter no mínimo 01 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 28 de abril de 2003; 59º da Instalação do Município.

**JOSÉ BRAZ DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**ADELSON JOSÉ DA SILVA**  
Chefe de Gabinete